

**ESTAR LÁ: NOTAS ETNOGRÁFICAS E APONTAMENTOS SOBRE
RELAÇÕES RACIAIS NO CAMPO DE ENSINO DAS CIÊNCIAS
MÉDICAS NO SERTÃO PERNAMBUCANO**

**BE THERE: ETHNOGRAPHIC NOTES AND NOTATIONS ON RACIAL
RELATIONS IN THE FIELD OF TEACHING MEDICAL SCIENCES IN THE
HISTORY OF PERNAMBUCO**

Felipe Bernado da Silva*

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Raquel Lustosa*

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

O presente artigo relata as experiências de trabalho de campo a partir da pesquisa Enegrecendo Currículos, desenvolvida no Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, que investiga como as relações raciais vêm sendo abordadas nos cursos de medicina. Assim, o percurso do trabalho apresentado destaca em notas etnográficas o campo de ensino das ciências médicas como um espaço marcado pelo racismo, os processos de vivência em que estudantes negros estão inseridos numa universidade do interior de Pernambuco e a inserção num campo que perpetua desigualdades raciais e de gênero. O trabalho analisa ainda o contexto elitista e excludente desse campo aprofundando-se nas narrativas dos estudantes que pontuaram os principais desafios de acesso e permanência num espaço acadêmico onde a diversidade étnica é inexistente. Nesse cenário, as reflexões levantadas e os apontamentos feitos indicam para a necessidade de repensar o currículo a partir da inclusão de conteúdos que viabilize uma formação médica antirracista.

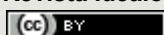
Palavras-chave: Medicina, Negro, Campo, Ensino, Currículo.

ABSTRACT

This work reports on fieldwork experiences from the research Enegrecendo Currículos, developed in the Department of Anthropology and Museology of the Federal University of Pernambuco (UFPE), which investigates how racial relations have been addressed in medicine courses. Thus, the course of the work presented highlights in ethnographic notes the field of teaching medical sciences as a space marked by racism, the processes of experience in which black students are inserted in a university in the interior of Pernambuco and the insertion in a field that perpetuates racial and gender inequalities. The work also analyzes the elitist and exclusionary context of this field, delving into the narratives of students who highlighted the main challenges of accessing and remaining in an academic space where ethnic diversity is non-existent. In this

Artigo Recebido em: 04/12/2024. Aceito em 30/12/2024.

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p. 14-27, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) - CC BY

scenario, the reflections and notes raised indicate the need to rethink the curriculum based on the inclusion of content that enables anti-racist medical formation.

Keywords: Medicine Courses, Black People, Fieldwork, Education, Curriculum.

* Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco.

* Mestre e Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Um estudo produzido pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB), apresenta dados sobre o perfil e a distribuição de profissionais e estudantes de medicina no Brasil. Chamado de Demografia Médica (Schefer et al., 2023), o documento aponta, entre outras coisas, que 67,1% dos formandos nos cursos de medicina no ano de 2020 se declararam brancos. O dado obtido revela o cenário das relações raciais no campo do ensino das ciências médicas e abre precedentes para discutir a baixa presença de pessoas negras nesses espaços, bem como os processos de formação dos estudantes de medicina, especialmente no que diz respeito ao currículo e aos conteúdos oferecidos em sala de aula.

No Brasil, o exercício da medicina é tradicionalmente associado a pessoas brancas e oriundas de segmentos de alto poder aquisitivo, refletindo profundas desigualdades raciais e socioeconômicas. Essa exclusividade também se estende à predominância masculina nesses cursos, reforçada por assimetrias de gênero que, por muito tempo, restringiram o acesso das mulheres ao campo médico. Essas barreiras foram ainda mais acentuadas para mulheres negras e indígenas, que enfrentam a intersecção do racismo e do sexismo, limitando suas oportunidades educacionais e profissionais (Carneiro, 2005). Além disso, fatores como a sub-representação de políticas públicas inclusivas, barreiras financeiras e culturais, e a persistência de estereótipos de gênero e raça têm limitado ainda mais a diversidade nesses espaços, perpetuando um cenário elitista e excludente na área médica (Fanon, 2020; Carneiro, 2005; Gonzalez, 1984).

Desde antes da fundação das primeiras Escolas Médicas (EM) brasileiras, no século XIX, quando os médicos se formavam na Europa, os cursos médicos

têm sido marcados por essas características e pela falta de diversidade racial e de gênero entre professores e estudantes. Embora a historiografia da medicina apresente de forma parcial o papel desempenhado por médicos negros, figuras como Juliano Moreira, considerado o fundador da psiquiatria no Brasil (Oda e Dalgalarondo, 2000), e Maria Odília Teixeira, a primeira mulher negra a se formar em medicina no país, em 1909, desafiaram as barreiras de raça e gênero impostas à população negra no pós-abolição (Santos, 2019).

As contribuições da população negra são parte fundamental da memória médica brasileira e poderiam, portanto, servir como referência inspiradora para profissionais e estudantes, tanto na formação quanto no incentivo ao ingresso na área, promovendo maior representatividade e diversidade no campo médico. Ao invés disso, observamos na literatura sobre a formação de estudantes de medicina (Rocha et al., 2019; Santana, 2015) um vazio sobre a presença dessas pessoas e de currículos que pautem as relações raciais. Isso se deve ao processo de formação médica no Brasil que, especialmente nas universidades públicas, tem sido ainda marcado por um contexto elitista, com a predominância de estudantes autodeclarados brancos, refletindo as desigualdades raciais e socioeconômicas da sociedade.

Embora as políticas de ações afirmativas tenham permitido o acesso de pessoas negras aos cursos de medicina, a composição majoritariamente branca e masculina, tanto entre docentes quanto discentes, ainda é um reflexo de um campo de ensino excludente e pouco diverso. Essa realidade prevalece como um obstáculo para a construção de uma formação médica que esteja alinhada com as necessidades de uma sociedade plural, como a brasileira, que enfrenta sérias desigualdades raciais, particularmente no que se refere ao acesso à saúde pública de qualidade e sem discriminação.

Levando este panorama em consideração, entendemos que a formação de médicos(as) negros(as) deve incluir também a construção de sua identidade enquanto sujeito negro, na perspectiva de Fanon (2008). Este autor destaca que as tensões não apenas raciais, mas também de classe, presentes na medicina, atualizam constantemente os limites entre brancos e negros no processo de constituição do ser. Para Fanon, a construção da subjetividade negra ocorre no

contexto de uma sociedade colonizada e, portanto, racializada. Nesse sentido, as dimensões psicológicas, históricas, sociais e culturais moldam nossas subjetividades, sendo atravessadas por um racismo estrutural que organiza as relações de poder e define identidades.

Essa construção identitária, marcada pelas expressões do racismo e pelos estereótipos que aprisionam pessoas negras na posição de “objeto” e não de “sujeito”, reflete a formação da sociedade brasileira, atravessada por estruturas racistas e sexistas, conforme destacado também por Lélia Gonzalez (1994). Esses elementos se desdobram nos espaços de educação e poder, incluindo os cursos de medicina, onde o epistemicídio – a negação e o apagamento de saberes e contribuições de pessoas negras – perpetua desigualdades (Carneiro, 2005).

Neste contexto, compreender de que forma os conteúdos curriculares relacionados às relações raciais se dão nos cursos de medicina das universidades públicas torna-se tarefa fundamental para compreender a presença (ou ausência) desses temas na formação dos atuais e futuros profissionais de saúde. Esse foi o objetivo do projeto de pesquisa do qual participamos entre 2021 e 2024 e que gerou, como um dos resultados, a produção deste artigo. O projeto Enegrecendo Currículos: as relações raciais nos cursos de medicina das universidades públicas de Pernambuco foi desenvolvido a partir do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O projeto recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) por meio do edital Solano Trindade de estudos étnico-raciais e contou com uma equipe multidisciplinar, com estudantes de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Antropologia.

Em 2004, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana determinou a inclusão de conteúdos relacionados às Relações Étnico-Raciais (ERERs) nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior, conforme previsto na Resolução CNE/CP nº 01/2004. Diante desse marco nas políticas públicas, buscamos investigar como as relações raciais são abordadas nos currículos, considerando também as

vivências de estudantes autodeclarados negros em um ambiente predominantemente branco e estruturado pela branquitude (Nascimento, 2022).

Essas e outras questões pertinentes são parte desse trabalho, que destacamos a experiência denominada “estar lá”, a partir da Universidade de Pernambuco (UPE), em Serra Talhada, onde desenvolvemos trabalho de campo e realizamos entrevistas com estudantes, professores e coordenadores que estão diretamente envolvidos no funcionamento e organização do curso, a partir de suas respectivas identidades raciais e funções. Utilizamos a expressão “estar lá” para iluminar duas questões pertinentes ao estudo etnográfico:

1. Narrativas sobre como se dá a permanência de estudantes negros no curso médico, uma vez que precisam de dedicação integral aos estudos;
2. “Estar lá” em campo e entender de forma mais ampla como a infraestrutura do ensino de medicina em Serra Talhada corrobora com o que estamos apontando sobre epistemicídio.

“ESTAR LÁ”: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO ONLINE E OFFLINE

O ponto de partida que demarca o início dessa trajetória compreende um ciclo que envolve uma série de atividades, dentre elas pesquisa bibliográfica e leituras que versam sobre raça, ciência e subjetividades, a partir da experiência de pesquisadores negros que atuam no campo das ciências médicas. Nesse sentido, tomamos como referência a antropóloga Rosana Castro, que forneceu elementos cruciais para a compreensão e percepção do campo, a partir das contribuições apresentadas em sua pesquisa (Castro, 2022), onde ela, uma mulher negra, acompanha o trabalho de médicos em um centro de pesquisa sob a condição de trajar-se de jaleco branco em um espaço onde pessoas negras costumam estar na condição de pacientes dos consultórios presentes no centro.

A organização da divisão de equipes para estar “em campo” se deu como um dos objetivos do projeto e como uma forma de ampliar o conhecimento sobre as realidades dos cursos de medicina da UPE e UFPE em Caruaru, Serra Talhada, Garanhuns e Recife. Depois da divisão de duplas para visitar cada campus e também tentar entrevistar pessoas que não tínhamos conseguido de maneira online, nos debruçamos sobre o material que tínhamos sobre Serra

Talhada, cidade no sertão pernambucano que sedia o campus da UPE, onde desenvolvemos essa interlocução e ampliação de redes da pesquisa.

Importa considerar que as entrevistas feitas de modo online, por diferentes membros da equipe maior, foram realizadas em momentos em que a pandemia de Covid-19 ainda se configurava como uma emergência em saúde pública de importância internacional. O formato remoto nos auxiliou para que pudéssemos chegar às narrativas de estudantes, discentes e docentes sobre a abordagem das relações raciais em suas grades curriculares. Com esse material em mãos, em momento posterior à pandemia de Covid-19, quando os protocolos de distanciamento social haviam sido retirados, visitamos as universidades.

Nas entrevistas, nos detivemos em alguns tópicos, como trajetória familiar, formação educacional, caminhos que levaram ao estudo da medicina, contato com conteúdos sobre relações raciais nos cursos, situações de racismo vivenciadas na universidade, participação ou apoio acadêmico em pesquisa e assistência estudantil. Por sua vez, a interação com estudantes que só havíamos conhecido durante a leitura das entrevistas permitiu que nos aprofundássemos em pontos que consideramos centrais e que se repetiram em cada narrativa. “Estar lá” em campo possibilitou que outros elementos se destacassem, não só em termos narrativos, mas também a partir da própria configuração do campus de Serra Talhada, que se associa à infraestrutura, ao acesso físico ao prédio e à forma como as narrativas dos estudantes se cruzam com essas questões.

Os questionamentos que emergiram antes e durante a imersão no campo impulsionaram reflexões sobre a melhor forma de adentrar em um espaço demarcado pela branquitude e masculinidade, considerando que os pesquisadores carregam em si a negritude e as questões de gênero como marcadores sociais. Nesse sentido, o desafio foi desenvolver uma etnografia que não se resumisse a um recorte meramente descritivo, mas que oferecesse também formulações teórico-etnográficas, tendo em vista que a etnografia, conforme Peirano (2014), também se configura como uma teoria.

Aqui, nos aprofundaremos em entrevistas realizadas com 5 estudantes de medicina da UPE Serra Talhada que estavam entre o segundo e o sexto período do curso, sendo eles três homens e duas mulheres na faixa etária de 19 a 22

anos. Dentre eles, 4 se declaram pardos e 1 se declara negro; 4 estudaram em escola privada e 1 estudou em escola pública. Também nos baseamos nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo com 2 discentes e nas reflexões e desdobramentos desses momentos da pesquisa. Dividimos as sessões deste artigo em dois tópicos: descrição, notas etnográficas e análise do material acumulado, em diálogo com os estudos que pautam a emergência das epistemologias raciais no centro do debate e da leitura do mundo.

O CAMPO E O CAMPUS: ADENTRANDO NAS HABITABILIDADES

Diante desse cenário, buscamos respostas para os muitos questionamentos que surgiram do problema da pesquisa e das observações realizadas durante o trabalho de campo. Nosso interesse em conversar com professores, coordenadores e estudantes esteve pautado em compreender a abordagem das relações raciais, a composição do currículo, os desafios enfrentados pelos estudantes relacionados à permanência na universidade e a experiência de ser negro em um espaço marcado pelo racismo.

Nos dirigimos, então, à UPE, campus Serra Talhada, para dar início à realização do trabalho de campo. Inaugurado em 2019, o campus é totalmente novo e está localizado em uma região afastada do centro urbano do município, em uma área de extensão com características de zona rural, o que obriga os estudantes a se deslocarem cerca de 5 quilômetros até a universidade. A UPE não dispõe de transporte próprio, e as opções de mobilidade utilizadas para chegar até lá incluem carros particulares, para os que possuem veículos, ou a possibilidade de acesso ao ônibus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que está na mesma região e oferece transporte para seus discentes.

Optamos pela segunda opção. O ônibus percorre a região central do município, e os estudantes embarcam ao longo do caminho até que o veículo esteja completamente cheio. Durante o processo de embarque, observamos os muitos rostos que conversavam entre si e percebemos uma preponderância de pessoas brancas e um baixo percentual de negros. Esse fato observado refletiu sobre a percepção racial apresentada pelos estudantes com quem conversamos,

nos quais o quesito "pardo" foi um fator de destaque. Isso nos provocou a refletir: a leitura racial e a autodeclaração dos estudantes, de modo geral, anulam a categoria "negro" e se autoafirmam apenas como "pardo"? Essa foi uma questão que emergiu das observações realizadas, colocando-os em uma indefinição em relação às suas identidades e fenótipos.

Chegamos à universidade por volta das 8 horas da manhã, com o prédio praticamente vazio, havendo apenas alguns estudantes presentes. Ao observarmos os movimentos iniciais, percebemos que fomos notados como pessoas desconhecidas no espaço. Nos dirigimos, então, ao funcionário da portaria e iniciamos um diálogo, no qual nos apresentamos como pesquisadores da UFPE em atividade de pesquisa no campus. Esse contato inicial serviu como um cartão de visitas, e logo fomos direcionados a outros funcionários, que se dispuseram a apresentar o prédio em uma ação acolhedora, algo incomum no processo de inserção nesse tipo de campo.

Fomos apresentados a Raimundo, funcionário de uma empresa terceirizada responsável pela limpeza do espaço, que nos mostrou as principais salas da universidade. Circulamos pelas salas de aula, laboratórios, biblioteca e sala de convivência nos três andares do prédio. Esta última, em especial, chamou nossa atenção por sua forma de organização. A sala de convivência é um espaço compartilhado entre estudantes e pessoas que trabalham no campus, de modo geral. É o local onde se toma café, onde ocorrem conversas e momentos de pausa para estudantes e funcionários.

A partir da sala de convivência, foi possível observar e compreender um pouco mais sobre a organização e o funcionamento do campus. O espaço promove uma aproximação entre estudantes e funcionários, o que evidencia uma relação de trato pessoal, em que todos se conhecem pela vivência cotidiana em um ambiente pequeno e frequentado por poucas pessoas. Entretanto, essa convivência também revela uma nítida divisão racial observada no campo. A relação entre estudantes e funcionários pode ser percebida a partir desse segmento: o branco ocupa a posição de estudante de medicina, professor ou servidor da universidade; o negro, por sua vez, está majoritariamente na condição de funcionário terceirizado ou representa um segmento étnico

minoritário entre os estudantes do curso.

Depois dessas observações, fomos informados de que a secretaria do curso funciona ao lado do café. Fomos até lá, nos apresentamos à servidora responsável pelo setor e explicamos as motivações de nossa presença no campus. A essa altura, nossa chegada já havia sido amplamente divulgada.

Vanessa, como optamos por chamá-la, mostrou-se solícita. Entre um café e um copo de água, conduzimos a conversa para questões mais objetivas, que despertaram nosso interesse após as observações iniciais. Depois de consultar informações no sistema interno da universidade, Vanessa nos apresentou dados censitários da instituição. Segundo ela, apenas 17 estudantes matriculados nos períodos iniciais do curso entre 2013 e 2022 se autodeclararam negros. Essa informação é relevante para contrastar com o que se observa nos corredores da UPE. A percepção do branco como detentor do lugar de estudante de medicina é reafirmada não apenas pela ausência de estudantes negros, mas também pelos registros fotográficos das turmas já formadas na universidade.

As placas com as fotografias das turmas formadas mostram uma composição na qual, visualmente, há apenas cerca de três estudantes negros nas imagens. Essas fotografias estão expostas no corredor da universidade, nas placas de formatura das turmas egressas do curso. Cada imagem exhibe rostos brancos e sorridentes, trajados com beca e segurando o canudo. Entre os presentes nas fotos, três ou quatro estudantes destoam da composição étnica. São pessoas negras que se formaram na universidade, mas não foi possível identificá-las, pois já atuam profissionalmente fora da cidade.

“EU MIGREI PRA ESTUDAR”

Os estudantes que conhecemos no campus destacaram, em algumas conversas informais, a questão do deslocamento de regiões rurais ou mais remotas para cursar medicina. Essa ênfase foi acompanhada por outras questões, como a ausência de estudantes negros no campus, a falta de transporte público para chegar ao prédio de medicina, a ausência de bolsas de estudo durante o curso e, especialmente, a ausência de cotas raciais. Aqui, iremos trazer algumas experiências narradas por dois estudantes, Juliano e

Suelen. Conhecemos o primeiro “em campo” e a última apenas pela entrevista e poucas conversas por aplicativo de mensagens.

Juliano, com 19 anos à época da nossa visita, compartilhou sua experiência de deslocamento para realizar o curso: “eu migrei pra estudar, sou de uma cidadezinha perto daqui” (entrevista, Juliano, 2023). Essa necessidade de mudar-se veio acompanhada de um sonho pessoal e familiar, já que não havia “um médico na família”.

Juliano se identificou como “um pardo mais moreno” na entrevista e destacou esse aspecto ao refletir, no campus, sobre a dificuldade de se reconhecer e se identificar racialmente. Ele mencionou que a ausência de pessoas com as quais possa se identificar no campus torna mais desafiador o processo de autoconhecimento e pertencimento. Para ele, é urgente implementar cotas raciais no curso de Serra Talhada, pois isso possibilitaria o acesso de estudantes que se identificam como negros (pretos ou pardos), e ajudaria a enfrentar a falta de representatividade em sua turma e em seu curso de modo geral. Durante a conversa, ele exemplificou essa questão ao relatar:

Lei de Cotas é importante, porque permite que ocorra a entrada de alunos que muitas vezes não tem condição e também pela história brasileira. A história brasileira, o grupo das periferias tem essas coisas, são discriminados muitas vezes até no meu curso na UPE, eu vejo muito isso. Pra você ter ideia, a maior parte... Porque como tem pouca vaga pra pessoas negras, a maior parte são brancas, são 17 pessoas a minha sala de aula, é pequeninha a minha sala de aula. 14 pessoas são brancas e só passa três, dois são pardos e um negro. Então, é muito diferencial, eu acho a importância de implantar cada vez mais e mais para permitir essa igualdade de acesso. (Juliano, entrevista, 2023).

A questão da diversidade racial não foi a única mencionada, mas também a necessidade de repensar a formação da sociedade brasileira, marcada por uma branquitude posicionada em espaços de poder, como as universidades públicas. Quando Juliano trouxe a questão da migração, fez uma crítica sobre como é comum o deslocamento para estudar na universidade, e destacou o quanto tem se tornado frequente que estudantes de escolas privilegiadas, da capital, se desloquem para disputar vagas com estudantes que, como ele, vêm de regiões rurais onde a formação muitas vezes é marcada por desigualdades.

Nesse sentido, “estar lá”, no campus de Serra Talhada, representava, ao mesmo tempo, a concretização de um sonho e o enfrentamento de inúmeras barreiras para a permanência, refletindo a história de pessoas negras no acesso à educação. Entre essas barreiras, destacam-se a falta de bolsas, de representatividade, de professores negros e de disciplinas que abordem as relações raciais ao longo do curso. Essa perspectiva de ausências também foi compartilhada por Suelen, outra estudante de medicina, que não pudemos conhecer pessoalmente no campus. Um dos motivos para isso foi, justamente, a indisponibilidade de “caronas” para o prédio de medicina.

Suelen, com o sonho de suprir uma lacuna na comunidade de origem, ingressou na medicina por meio de cotas para estudantes do ensino público. Ela estudou em escolas públicas durante sua infância e adolescência e morava em um sítio rural com sua família. Na entrevista, Suelen afirmou:

Tive que migrar pra cidade e pra mim, assim, foi um pouco complicado, porque eu era uma pessoa acostumada a ter muita liberdade no Sítio, minha vó morava perto de mim e tal, como eu disse, morei com ela uma boa parte da vida, minhas tias sempre moravam perto e aí sempre transitei de uma casa pra outra com muita facilidade. O Sítio me permitia estudar embaixo de uma árvore, que hoje eu não tenho mais, aí eu tive que fazer uma adaptação completamente diferente de vida e é bastante complicado, você acaba saindo, não só se despedindo do laço afetivo, mas com o laço com a realidade local que você vivia (Suelen, entrevista, 2023).

Esse descompasso com a realidade social foi descrito pela estudante como a distância entre o que é estudado e a realidade vivida. Tal distanciamento se reflete na composição da turma de Suelen, majoritariamente formada por pessoas brancas, conforme relatado por ela. Além disso, o distanciamento também é evidenciado nas dificuldades de adaptação ao ambiente universitário e a uma vida frequentemente distante de seu território de origem.

A adaptação e a permanência e o “estar lá”, nesse sentido, se desdobram em impactos emocionais e psicológicos compartilhados por muitos estudantes, como Suelen:

No começo eu me vi com muita crise de ansiedade e me perguntando o que eu estava fazendo ali, se realmente era o que eu queria pra minha vida e me questionei isso muitas vezes, principalmente no primeiro mês, que foi bastante complexo, essa

questão foi bastante complexa (Suelen, entrevista, 2023).

Outro ponto que se cruzam nas experiências de estudantes que entrevistamos diz respeito a importância da representatividade em sala de aula e de disciplinas que abordem as relações raciais:

Eu acredito que realmente seria muito interessante o atendimento, que a gente tem e algumas matérias que desde agora já são práticas, a essas pessoas que vivem à margem da sociedade por conta da cor. Talvez um conteúdo que sempre bato muito na tecla, de ser um médico humano, nos leve a isso também, a entender que uma pessoa que traz consigo toda uma vida de preconceito, toda uma problemática que existe por trás, merece um atendimento que realmente proporcione equidade pra ela. (Suelen, entrevista, 2023).

Juliano e Suelen compartilharam experiências que corroboram o que temos apontado sobre a presença quase exclusiva de pessoas brancas no curso de medicina, seja como estudantes, professores ou teóricos do conhecimento aplicado. A ausência de pessoas negras se reflete tanto na limitada inclusão de estudantes e professores negros no ensino da medicina, quanto nas epistemologias oferecidas no currículo.

CONCLUSÃO

Ao longo do processo de realização desse percurso, estivemos inseridos em um campo etnográfico onde a subalternização dos corpos negros mostrou-se como uma marca presente nas ciências médicas e em suas formas de ensino. Por meio de entrevistas e conversas, ouvimos as experiências dos sujeitos envolvidos, abrindo espaço para narrativas biográficas, relatos dos processos de formação vivenciados enquanto estudantes negros(as) de medicina e reflexões sobre percepção e identificação racial. Nesse espaço, demarcado pela falta de diversidade étnica, onde a formação e o exercício da medicina estão sob uma predominância branca, o racismo não apenas mostrou-se como uma estrutura presente, mas também se estabeleceu como uma estratégia de hierarquização social.

Essa relação pôde ser observada na disposição dos estudantes e na forma como se relacionam no campus, seguindo uma lógica na qual brancos e negros dividem o mesmo espaço de formação, mas vivem realidades e condições

distintas. Essa desigualdade evidenciou ainda mais os obstáculos que os separam, como a ausência de cotas raciais que vigorava à época na UPE e que será implementada em 2024. “Estar lá” nos permitiu constatar essa realidade e a necessidade de se estabelecer um modelo de ensino que contemple o incentivo e a valorização de conhecimentos e práticas que promovam a inclusão e a diversidade como conteúdo curricular na área da saúde.

Identificamos, nessa premissa, uma demanda urgente pelo acesso equitativo e pela formação inclusiva nos cursos de medicina. Por isso, além do objetivo de compreender essa abordagem curricular, direcionamos nossos esforços para o desenvolvimento de materiais pedagógicos antirracistas, que pudessem enriquecer o currículo, com o intuito de fortalecer uma formação médica mais inclusiva e equitativa. Nesse sentido, a pesquisa realizada, como forma de retorno ao que foi levantado durante todo o processo, resultou na criação de uma série de materiais pedagógicos que integram essas perspectivas. Esses materiais são fundamentais para a formação de estudantes de medicina que, além de competentes tecnicamente, estejam comprometidos com a promoção da justiça social e da equidade no cuidado à saúde.

Tais iniciativas são indispensáveis, ainda, para enfrentar as desigualdades raciais e suas implicações no sistema de saúde brasileiro, contribuindo para um entendimento mais amplo sobre racismo e saúde da população negra. Elas se conectam ao conjunto de referências que construíram epistemologias negras, com as quais buscamos dialogar tanto na forma quanto no conteúdo de um fazer antropológico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 01/2004.**

Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FANON, Frantz. **Medicina e colonialismo**. Editora Terra sem amos: Brasil, 2020.

FANON, Frantz. 2008 [1952]. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

NASCIMENTO, T. H. **Entre a medicina e a branquitude: as políticas de ações afirmativas em um ambiente de formação médica em Belo Horizonte**. 2022. p. 215. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

NEVES, Nedy MBC; NEVES, Flávia BCS; BITENCOURT, Almir GV. **O ensino médico no Brasil: origens e transformações**. *Gazeta médica da Bahia*, v. 75, n. 2, 2008.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. **Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico**. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 22, p. 178-179, 2000.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 2014, no 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

ROCHA, Dais Gonçalves; SOUZA, Dyana Helena de; CAVADINHA, Edu. **Equidade nos cursos de graduação em Saúde: marco legal, desafios políticos e metodológicos**. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v.23, 2019.

SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. **Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884-1937)**. 2021.

SCHEFFER, M. et al. **Demografia Médica no Brasil 2023**. São Paulo, SP: FMUSP, AMB, 2023.